

A MELHOR PARCEIRA PARA O MICRO E PEQUENO EMPREENDEDOR.



Crescer Serviços de Orientação a Empreendedores S.A.

CNPJ: 15.692.960/0001-37

1 APRESENTAÇÃO

A empresa CAIXA CRESCER foi criada em 28.06.2012 sob a forma de sociedade anônima para atuar no mercado de orientação financeira (microcrédito) como canais complementares aos da CAIXA, com participação de 51% do FENAE e 49% da CAIXAPAR.

A CAIXA CRESCER tem por objeto social a prestação de serviços de assessoria, consultoria, orientação e assistência operacional a empresas e outras organizações, notadamente empreendedores em território nacional. O foco de atuação na prestação de serviços, consultoria e orientação à: (i) finanças pessoais; (ii) negócios que tratam a sustentabilidade sócio econômico; (iii) empreendedores individuais pessoa física e pessoa jurídica; (iv) microempresários e (v) outras organizações que envolvam sustentabilidade empresarial.

2 CONTEXTUALIZAÇÃO

O programa Crescer, instituído em agosto de 2011 pelo Governo Federal para melhor atender microempresários de baixa renda por meio de bancos públicos e privados atingiu até o ano passado, R\$ 9,4 bilhões, referentes a aproximadamente 7 milhões de operações. Foram empregados recursos a 5,22 milhões de pessoas por meio do programa nacional de microcrédito orientado. De acordo com dados do Ministério da Fazenda, órgão responsável pela coordenação do programa, esse resultado correspondente a 3,5 milhões de CNPJs e CPFs. As pessoas físicas foram tomadoras de 86% dos créditos, enquanto empreendedores individuais e microempresas consumiram 8% e 6% respectivamente. São 499 instituições habilitadas (de bancos públicos e privados à cooperativas e organizações reconhecidas pelo poder público), segundo o Ministério do Trabalho. O valor financiado é 45% superior ao de 2012. Do total concedido pelo programa nacional, quase um terço (R\$ 2,9 bilhões) foi por instituições reguladas pelo Banco Central. Estudo do Banco Mundial indica o Brasil como o país da América Latina onde o microcrédito tem menor penetração: 2% dos clientes potenciais são atendidos. No Chile, são 27%, e, em El Salvador, 69%.

A nova classe média está representada hoje por cerca de 52% (cinquenta e dois por cento) da população, ou seja, 108 milhões de brasileiros – caracterizada por predominantemente urbana (89% vive em/perto de centros urbanos, essencialmente em três regiões – sul, sudeste e centro-oeste), jovem, sexo feminino (51%), tem celular, tem energia e ideias, é ávida por educação (99% das crianças de 7 a 14 anos e 54% dos adultos de 18 a 24 anos estão escolarizadas), qualificação profissional e oportunidades de emprego. Ao mesmo tempo considera o acesso ao consumo como um sinal de inserção social. A classe média está mais concentrada na região Sudeste do Brasil, com 43%, seguida do Nordeste (26%), Sul (15%), Centro-Oeste (8%) e Norte (8%). Essa camada da população já consome R\$ 1 trilhão por ano. A classe C, como também é conhecida, gastou mais de R\$ 1,17 trilhão de reais em 2013 e movimentaram 58% do crédito no Brasil.

No entanto essa classe média ainda se encontra à margem do sistema financeiro e alicerçada, em sua maioria, na informalidade. A melhoria da qualidade de vida não está necessariamente ligada à formalização do emprego. Esse fator tem um impacto direto na sua capacidade em alavancar ideias e negócios novos, e assim consolidar a ascensão social conseguida com o impulso, entre outros, das políticas e programas governamentais.

O mercado de microcrédito vem sofrendo forte expansão no Brasil, fruto do crescimento econômico e das políticas de incentivo à redução da pobreza do governo. Devido à forte desigualdade de renda ainda existente no país, e a grande quantidade de indivíduos com pouca ou nenhuma renda, ainda há um grande mercado potencial para o microcrédito.

O microcrédito é usado, exclusivamente, em atividades produtivas nas comunidades. Os segmentos mais procurados têm sido alimentação, vestuário e salão de beleza. Atividades de pesca também já buscam financiamento.

No programa de microcrédito produtivo orientado, os recursos devem ser aplicados em uma atividade que permita a geração de renda a empreendedores de baixa renda. O financiamento não é feito apenas para consumo, mas também para investimentos em capital de giro (consumo e investimentos em equipamentos e matérias primas).

2.1 Microcrédito Produtivo Orientado CRESCER

Permissões do MPO:

- ✓ Alinhamento aos programas do governo (Brasil sem Miséria, Programas de Assistência Social Produtiva e estratégias de incentivo ao empreendedorismo);
- ✓ Expansão do CRESCER – Programa Nacional de microcrédito; (Governo Federal);
- ✓ Programa que faz parte do conjunto de políticas do Governo Federal que visam estimular o crescimento de micro e pequenos empreendimentos formais e informais.
- ✓ O programa objetiva a geração de emprego e renda por meio da concessão de créditos de pequeno valor, com acompanhamento e orientação aos tomadores, cuja aplicação deve ser em capital de giro ou investimento fixo.
- ✓ Instrumento que possibilita a emancipação de famílias assistidas pelos programas de transferência de renda.
- ✓ Empréstimo de valor baixo destinado a pequenos empresários formais e informais, possibilitando o desenvolvimento de projetos, pequenas empresas e, ainda, a geração de renda por intermédio da execução de ideias lucrativas;

2.2 Público

- ✓ Pessoa Física com perfil empreendedor
- ✓ Beneficiários de Programas Sociais – Bolsa Família
- ✓ Mutuários do Programa MCMV
- ✓ População de áreas de investimento do PAC
- ✓ Comunidades e bairros periféricos dos grandes municípios
- ✓ Pessoa Jurídica
- ✓ Empreendedores Individuais
- ✓ Microempresas faturamento anual de até R\$ 120 mil (Decreto 5.288/2004)

3 GOVERNANÇA

A CAIXA CRESCER prima por empregar as melhores práticas de governança corporativa na busca da sustentabilidade, por meio da gestão responsável que prioriza a ética e a transparência, almejando agregar valor para suas Controladoras no atingimento do seu principal objetivo: desenvolvimento sócio e econômico das comunidades alcançadas, a ascensão de microempresários e à nova classe média, sustentabilidade operacional e equilíbrio econômico financeiro.

3.1 Estratégia de atuação da CAIXA CRESCER

A estratégia da CAIXA CRESCER traz como foco do seu trabalho o desenvolvimento sócio e econômico das comunidades e a ascensão de microempresários e à nova classe média. A empresa atuará no território nacional como um canal ágil de fomento do empreendedorismo nas classes de baixa renda. A CAIXA CRESCER irá viabilizar a orientação financeira, subsidiando o desenvolvimento socioeconômico por intermédio de fornecimento de crédito a baixo custo, como estímulo ao empreendedorismo, à ascensão social e a abertura de novos negócios.

Nesse sentido, alinhado aos objetivos da Companhia, este negócio apresenta os principais objetivos:

- **Sociais:** desenvolvimento e profissionalização da cadeia produtiva de microcrédito (micro empreendedor, agentes de crédito e outros); estabelecimento de estratégias que garantam

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO - Exercício 2013

a ascensão social e impeçam o retorno dos empreendedores à condição anterior (consolidar a ascensão social); e, a Inclusão e valorização como foco.

- **Empresariais:** foco na sustentabilidade e na geração de emprego e renda.

Para os tomadores do crédito e do serviço, esse negócio representa:

- O canal de desenvolvimento, formalização e profissionalização da cadeia produtiva de microcrédito (micro empreendedor formal e informal, agentes de crédito e demais envolvidos formais ou informais);

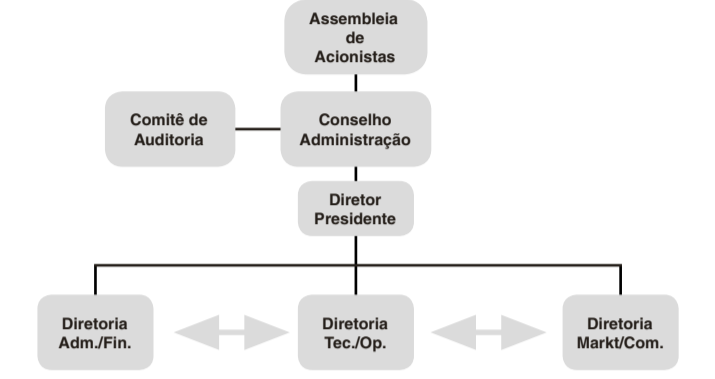
- A possibilidade de apoio a estruturação de negócios e a execução de projetos;

- A possibilidade de ampliação dos negócios; e,

- A possibilidade de inclusão e ascensão social.

3.2 Estrutura Organizacional

Trata-se de um modelo de estrutura o qual permite o relacionamento direto entre todas as áreas, sem intermediários, garantindo comunicação fluida e veloz entre toda empresa. Nele são apresentadas todas as áreas e gerências envolvidas no processo de gestão, administração, relacionamento com clientes e com o mercado, bem como, determina a relação hierárquica entre os setores e suas chefias. O modelo de gestão da CAIXA CRESCER obedece a uma estrutura organizacional enxuta, fundamentada no modelo descrito abaixo:



3.3 Forma de atuação da CAIXA CRESCER

A Empresa desenvolveu o modelo de atuação conjuntamente com as áreas gestoras de produtos e negócios de suas controladoras, com a atuação nacional, tendo como foco a comercialização de cédulas de microcrédito e potencial para tornar-se um canal para ampliação de negócios para os sócios e parceiros estratégicos, para a atuação em diversas praças obedecendo alguns indicadores, dentre eles destacamos:

- ✓ População;
- ✓ Contratos MPO CAIXA;
- ✓ Contratos MPO CAIXA CRESCER;
- ✓ Vagas PRONATEC;
- ✓ MEIs (Micro Empreendedores Individuais);

A empresa CAIXA CRESCER atua em diversas cidades com o apoio das bases operacionais, hoje concentradas em agências da CAIXA. São 04 (quatro) gerências regionais que atuam em conceito de células: cada gerência regional administra 15 (quinze) supervisores, que por sua vez administram 15 (quinze) orientadores de crédito;

- **Regional Nordeste:** sede Fortaleza; atende os estados do Maranhão, Ceará, Piauí, Rio Grande do Norte, Pernambuco e Bahia;

- **Regional Centro/Sul:** sede Brasília; atende os estados de Goiás, Paraná, Rio Grande do Sul e Distrito Federal;

- **Regional Sudeste:** sede Rio de Janeiro; atende os estados de Minas Gerais, Espírito Santo e Rio de Janeiro;

- **Regional São Paulo:** sede São Paulo; atende o estado de São Paulo;

4 GESTÃO DE PESSOAS

Na data de 31 de dezembro de 2013, a CAIXA CRESCER contava com 896 (oitocentos e noventa e seis) colaboradores distribuídos entre as unidades da Matriz e unidades comerciais/bases regionais, sendo 02 dirigentes e demais empregados com funções técnicas e de assessoramento.

No processo de contratações (seleção e recrutamento)

- Contratação de 867 (oitocentos e sessenta e sete) colaboradores CAIXA CRESCER em 16 (dezesseis) cidades diferentes no ano de 2013;

- Início de implantação do Programa de Inclusão de Pessoas com Deficiência e do Programa Jovem Aprendiz em Agosto.

- Otimização do processo de folha de pagamento, mesmo ainda não tendo sistema interno em Junho.

- Implantação da metodologia de gestão de documentos funcionais em Agosto.

No processo de Capacitação:

- Cada orientador tem em média 134 (cento e trinta e quatro) horas de treinamento.

- Assistentes Operacionais e Supervisores contam ainda com mais 12 (doze) horas de fórum restrito e SIMIC. (Sistema de microcrédito)

5 DESTAQUES NO PERÍODO

Os principais Projetos e Ações referentes a Companhia estão detalhados nos próximos itens:

- Em junho de 2012 a empresa foi constituída através da assinatura do Acordo de Acionistas firmado entre a CAIXA Participações S.A e a FENAE – Federação Nacional das Associações do Pessoal da CAIXA.

- Em outubro de 2012 a empresa elegeu os conselheiros de administração da Companhia. Neste ato, empossando os Senhores Pedro Eugenio Beneduzzi Leite, Hugo Scartezini Lopes, Rogerio Saab e Ivan Domingues das Neves.

- Em novembro de 2012 a empresa elegeu os Diretores executivos da Companhia, neste ato empossando os Senhores Raimundo Edilberto Coelho Silva, representante da CAIXAPAR para assumir o cargo de Diretor Administrativo e Financeiro e Hugo Scartezini Lopes, representante da FENAE para assumir o cargo interino de Diretor Presidente da Companhia.

BALANÇO PATRIMONIAL

Encerrados em 31 de Dezembro de 2013 e 31 de Dezembro de 2012 - Valores em Reais

ATIVO	Nota	31/12/2013	31/12/2012	Nota	31/12/2013	31/12/2012
CIRCULANTE		9.839.814	149.245		5.703.568	88.055
Caixa e equivalente de caixa	5	9.051.857	149.245		1.138.968	–
Contas a receber	6	610.442	–	10	3.412.314	53.739
Adiantamentos a fornecedores		8.648	–	11	32.930	–
Adiantamentos diversos		41.536	–	12	1.119.356	–
Impostos a recuperar	7	127.331	–		–	34.317
NÃO CIRCULANTE		1.741.705	7.346		5.877.952	68.536
Imobilizado líquido	8	962.595	7.346	14	5.877.952	68.536
Intangível	9	779.110	–		36.000.000	10.000
TOTAL DO ATIVO		11.581.519	156.591		(2.793.502)	(5.100)
					Adiantamento para futuro aumento de capital – AFAC	–
					Prejuízos acumulados	(27.328.546)
					TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	11.581.519
						156.591

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Encerrados em 31 de Dezembro de 2013 e 31 de Dezembro de 2012 - Valores em Reais

	Capital Social	Capital a integralizar	Adiantamento para futuro aumento de capital	Prejuízo acumulado	Total do Patrimônio líquido
Saldo do Patrimônio Líquido em 28.06.2012	10.000	(5.100)	–	–	4.900
Resultado do exercício	–	–	–	(136.364)	(136.364)
Adiantamento para futuro aumento de capital	–	–	200.000	–	200.000
Saldo do Patrimônio Líquido em 31.12.2012	10.000	(5.100)	200.000	(136.364)	68.536
Aumento de capital com AFAC	200.000	–	(200.000)	–	–
Integralização de capital	–	5.100	–	–	5.100
Aumento de capital no período	35.790.000	(2.793.502)	–	–	32.996.498
Resultado do exercício	–	–	–	(27.192.182)	(27.192.182)
Saldo do Patrimônio Líquido em 31.12.2013	36.000.000	(2.793.502)	–	(27.328.546)	5.877.952

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012

(Em Reais)

1. Contexto operacional

A CRESCER Serviços de Orientação a Empreendedores S.A. (CAIXA CRESCER) é uma empresa domiciliada no Brasil, com sede na SAUS Quadra 04 Lote 09/10, Bloco A, do Ed. Victoria Office Tower, 13º andar, Sala 1301, Asa Sul, Brasília - DF.

As atividades da Empresa compreendem: a prestação de serviços de assessoria, consultoria, orientação e assistência operacional a empresas e outras organizações, notadamente de que trata à: (i) finanças pessoais; (ii) negócios que tratam a sustentabilidade sócio econômico; (iii) empreendedores individuais pessoa física e pessoa jurídica; (iv) microempresários e (v) outras organizações que envolvam sustentabilidade empresarial.

Em atenção às informações contábeis do exercício de 2012, a Companhia encontrava-se em período/ situação pré-operacional.

2. Base de preparação

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação e apresentação destas demonstrações contábeis estão definidas abaixo.

a. Declaração de conformidade com relação às normas de Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC)

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às pequenas e médias empresas - NBC TG 1.000 - Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas.

A emissão das demonstrações contábeis foi autorizada pelos administradores da Empresa em 16 de abril de 2014.

b. Apuração do resultado

O resultado é apurado pelo regime de competência.

c. Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros não derivativos, mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

d. Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Empresa.

Todas as informações financeiras são apresentadas em Real, desprezados os centavos, exceto quando indicado de outra forma.

e. Uso de estimativas e julgamentos

As demonstrações contábeis foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que exigem que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas.

As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações contábeis foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações contábeis. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis, devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa.

Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e de sua recuperabilidade nas operações, análise do risco de crédito para determinação da provisão para devedores duvidosos, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências.

A Empresa revisa suas estimativas e premissas periodicamente, num período não superior a um ano. Revisões com relação às estimativas contábeis são reconhecidas no exercício ou período em que as estimativas são revisadas.

3. Principais políticas contábeis

a. Instrumentos financeiros

i. Ativos financeiros não derivativos

A Empresa reconhece os empréstimos e recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Empresa se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Empresa desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Empresa transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Empresa nos ativos financeiros é reconhecida como um ativo ou passivo individual.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, somente quando, a Empresa tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Os empréstimos e recebíveis abrangem caixa e equivalentes de caixa.

Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com liquidez imediata. Limites de cheques especiais de bancos que tenham de ser pagos à vista e que façam parte integrante da gestão de caixa da Empresa são incluídos como um componente das disponibilidades para fins da demonstração dos fluxos de caixa.

ii. Passivos financeiros não derivativos

A Empresa reconhece todos os passivos financeiros inicialmente na data de negociação na qual a Empresa se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Empresa baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas.

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Empresa tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e quitar o passivo simultaneamente.

A Empresa tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: fornecedores e outras obrigações. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

iii. Instrumentos financeiros derivativos

A Empresa não possuía, em 31 de dezembro de 2013 e em 2012, nenhuma operação com instrumentos financeiros derivativos, incluindo operações de hedge.

b. Contas a receber

Os valores a receber são avaliados pelo valor presente e deduzidas da provisão para créditos de liquidação duvidosa. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é estabelecida quando existe uma evidência objetiva de que a sociedade não será capaz de cobrar todos os valores devidos de acordo com os prazos originais das contas a receber.

- Em dezembro de 2012 a empresa ratificou o Plano de negócios da Companhia, com investimentos à ordem de 54 milhões de reais, com as devidas diretrizes e obrigações constantes no Acordo de Acionistas firmado em 28.06.2012 entre os sócios, nesse ato concomitante com a aprovação da integralização de capital a ordem de R\$6.972.004,57 (seis milhões, novecentos e setenta e dois mil, quatro reais e cinquenta e sete centavos), de maneira proporcional a participação acionária, para suportar as despesas operacionais da companhia referentes ao 1º trimestre de 2013.

- Em março de 2013 a empresa inaugurou a sede localizada na SAUS Quadra 04 lotes 09/10 Bloco A Ed. Victoria Office Tower, 13º andar, Brasília – DF.

- Em junho de 2013 houve a substituição do Diretor Presidente da Companhia, neste ato, empossado o Sr. João Carlos Garcia para assumir a presidência da empresa.

- Em agosto de 2013 a empresa iniciou o ciclo produtivo (fases de orientação e originação de contratos de MPO) junto a todas as bases da Companhia,

- Em setembro de 2013 houve a autorização para implantação do Comitê de Auditoria da Companhia, bem como a apresentação ao Conselho de Administração das Políticas de Gestão da Inadimplência e cobrança, de prevenção à fraude e de segurança da informação e a apresentação da política de crédito;

- Em dezembro de 2013 a empresa atingiu uma carteira de MPO aproximada de 49.000 (quarenta e nove mil) contratos performando um montante aproximado de R\$ 120 milhões de reais.

5.1 Evolução dos projetos em desenvolvimento

a. Portal

A construção do Portal Institucional, o qual consta as seguintes ações: plataforma institucional e gestão de conteúdo EAD; liberação do Site e criação de portal; administração do BI – cadastro e interação;

b. TI – Tecnologia da Informação

Foi contratada empresa de consultoria para dimensionamento e especificação de recursos de tecnologia da informação, arquitetura organizacional de infra e de soluções de tecnologia. Os trabalhos foram conduzidos ao longo do exercício de 2013, embasando-se nos processos de orçamento e de contratações de fornecedores para suporte, implantação e acompanhamento dos suprimentos (infraestrutura e logística) e de sistemas e equipamentos para a CAIXA CRESCER. Dentre os diversos trabalhos efetuados ao longo do ano, sob a consultoria da PAR Tecnologia, o destaque, além do especificado acima foram:

- AEV e SGV

- A criação, desenvolvimento e entrega dos sistemas do ERP – Gerenciador Financeiro e dos sistemas AVF – Automação de Força de Venda com o SGV – Sistema de Gerenciamento de Vendas (bem como as contratações e propostas de contratações de outros fornecedores para atender a essas ferramentas);

- Controles e ERP

- Novo Plano de Contas e controle orçamentário segmentado por área (concluído em 2013)

- 50% do processo de parametrização dos Relatórios Gerenciais, Segmentação dos Centros de Custos e Orçamento Corporativo dentro do ERP (dos 04 módulos apresentados 01 foi concluído em 2013).

Ações prospectadas em 2013 e em curso na Gerência de Canais, Governo e Organizações Sociais:

- Parceria com Prefeituras

- Programas e

A MELHOR PARCEIRA PARA O MICRO E PEQUENO EMPREENDEDOR.



Crescer Serviços de Orientação a Empreendedores S.A.

CNPJ: 15.692.960/0001-37

i. Receita operacional

A receita operacional de prestação de serviços no curso normal das atividades é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber.

A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos.

j. Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem basicamente despesas bancárias.

k. Imposto de renda e contribuição social

O Imposto de Renda e a Contribuição Social, do exercício corrente, são calculados pela sistemática do lucro real, por estimativa mensal, que considera as alíquotas de 15% sobre o lucro real fiscal apurado, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro real fiscal apurado excedente de R\$ 20 mil/mês, para Imposto de Renda; e da alíquota de 9% sobre o lucro real fiscal apurado para Contribuição Social sobre o lucro líquido.

Não foram apuradas despesas e valores a pagar de IRPJ e CSLL em 2013 e 2012, devido ao fato de a empresa ainda estar operando sob prejuízo contábil e fiscal.

4. Gerenciamento de risco financeiro

A Empresa mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando a assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A Empresa efetua uma análise periódica da exposição ao risco que consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas *versus* as condições vigentes no mercado. A Empresa não efetuou operações com instrumentos financeiros derivativos em 2013 e 2012, bem como não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

As operações da Empresa estão sujeitas aos fatores de riscos abaixo descritos:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez (investimento em aplicações financeiras);
- Risco cambial
- Risco da taxa de juros;

Essa nota apresenta informações sobre a exposição da Empresa a cada um dos riscos supramencionados, os objetivos da Empresa, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco.

Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro caso um cliente falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Para mitigar esses riscos, a Empresa adota como prática a análise das situações financeira e patrimonial de suas contrapartes, assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente das posições em aberto. No que tange às instituições contábeis, a Empresa somente realiza operações com instituições contábeis de baixo risco avaliadas por agências de *rating*.

Todo cliente tem sua capacidade de crédito analisada individualmente e inclui avaliações externas, quando disponíveis, e em alguns casos referências bancárias. Limites de crédito são estabelecidos para cada cliente.

Risco de liquidez (Investimento em aplicações financeiras)

Risco de liquidez é o risco de que a Empresa encontre dificuldade para cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Empresa na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencimento, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Empresa.

A Empresa limita sua exposição a riscos de crédito ao investir apenas em aplicações contábeis em títulos de renda fixa.

Risco da taxa de juros

Decorre da possibilidade de a Empresa sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Empresa busca diversificar a captação de recursos em termos de taxas prefixadas ou pós-fixadas.

Risco de mercado

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio (principalmente Euro e dólar americano), taxas de juros e efeitos inflacionários podem exercer nos resultados da Empresa.

O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

Risco operacional

Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Empresa e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. Riscos operacionais podem surgir de todas as operações da Empresa.

O objetivo da Empresa é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à reputação da Empresa, buscar eficácia de custos e para evitar procedimentos de controle que restrinjam iniciativa e criatividade.

A principal responsabilidade para o desenvolvimento e implementação de controles para tratar riscos operacionais é atribuída à alta administração a qual deve focar a administração de riscos operacionais nas seguintes áreas:

- Exigências para segregação adequada de funções;
- Exigências para a reconciliação e monitoramento de operações;
- Cumprimento com exigências regulatórias e legais;
- Documentação de controles e procedimentos;
- Exigências para a avaliação periódica de riscos operacionais enfrentados e a adequação de controles e procedimentos para tratar dos riscos identificados;
- Exigências de reportar prejuízos operacionais e as ações corretivas propostas;
- Treinamento e desenvolvimento profissional;
- Padrões éticos e comerciais;
- Mitigação de risco, incluindo seguro.

5. Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2013	31/12/2012
Caixa	999	–
Bancos	20.619	149.245
Aplicações financeiras	9.030.239	–
	9.051.857	149.245

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins, sendo que a Empresa considera equivalentes de caixa os valores que são realizáveis e conversíveis imediatamente em caixa.

As aplicações financeiras de liquidez imediata são representadas principalmente por investimentos financeiros em CDB, remunerados à taxa média de 100% do CDI, com vencimento inferior a 90 dias, estando sujeitas a um baixo risco de mudança de valor. Os investimentos são realizados junto a instituições financeiras avaliadas pela Administração como de primeira linha.

6. Contas a receber

	31/12/2013	31/12/2012
Caixa Econômica Federal - CEF	610.442	–
Refere-se a contas a receber decorrente de prestação de serviços de orientação de microcrédito e assessoria financeira.		

A seguir apresentamos análise dos valores a receber, por idade de vencimento (*aging list*):

	31/12/2013
Créditos a vencer em até 30 dias	610.442

7. Impostos a recuperar

	31/12/2013	31/12/2012
IRPJ a recuperar	72.486	–
CSLL a recuperar	15.258	–
ISS a recuperar	18.841	–
IRRF a recuperar	11.907	–
Outros impostos a recuperar	8.839	–
	127.331	–

8. Imobilizado

Conta	Vida útil	Custo de Aquisição	Depreciação Acumulada	Imobilizado Líquido (Em 31/12/2013)	Imobilizado Líquido (Em 31/12/2012)
Móveis e utensílios	10 anos	254.314	(19.657)	234.657	–
Máquinas e equipamentos	10 anos	4.364	(194)	4.170	7.346
Computadores e periféricos	5 anos	816.867	(93.099)	723.768	–
		1.075.545	(112.950)	962.595	7.346

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

MARCELO TERRAZAS - Presidente
PEDRO EUGENIO BENEDEZZI LEITE - Conselheiro
HUGO SCARTEZINI LOPES - Conselheiro
DANNYEL LOPES DE ASSIS - Conselheiro

DIRETORIA

JOÃO CARLOS GARCIA
Diretor-Presidente
RAIMUNDO EDILBERTO COELHO SILVA
Diretor Administrativo e Financeiro

SYLTON DE MORAES SANCHES
Contador
CRC/DF 008155/O-0

PARECER DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O Conselho de Administração da CRESCER SERVIÇOS DE ORIENTAÇÃO A EMPREENDEDORES S.A., em cumprimento ao disposto no Estatuto Social da Companhia, tomando por base o Relatório do Comitê de Auditoria e o Parecer da BAKER TILLY BRASIL Auditores Independentes S.S., considerando as recomendações do Comitê de Auditoria, aprovou as Demonstrações Contábeis da CAIXA CRESCER, relativas ao exercício findo em 31/12/2013.

Brasília/DF, 30 de abril de 2014.
MARCELO TERRAZAS - Presidente
PEDRO EUGENIO BENEDEZZI LEITE - Conselheiro
HUGO SCARTEZINI LOPES - Conselheiro
DANNYEL LOPES DE ASSIS - Conselheiro

RELATÓRIO DE ATIVIDADES DE 2013 DO COMITÊ DE AUDITORIA DA CAIXA CRESCER

BRASÍLIA, 28 DE ABRIL DE 2014

AOS MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

INTRODUÇÃO

O Comitê de Auditoria da Caixa Crescer S.A. ("COAUD"), disciplinado por seu Regimento Interno aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia, no uso de suas atribuições, relacionadas em seu artigo 4º, vale-se do presente para relatar ao Conselho de Administração as atividades desempenhadas ao longo do ano de 2013/2014.

As conclusões do COAUD fundamentam-se em suas próprias análises, a partir de informações e documentos recebidos da Diretoria Executiva da Companhia, dos auditores externos e dos executivos responsáveis pela (i) auditoria interna; e (ii) pelo gerenciamento de riscos e controle.

ATIVIDADES DO COAUD

O COAUD reuniu-se 5 (cinco) vezes no período compreendido entre outubro de 2013 e abril de 2014. Foram, ainda, analisadas as demonstrações contábeis da data-base de 31.12.2013.

O COAUD elaborou seu Regimento Interno, submetendo-o à apreciação do Conselho de Administração, tendo o mesmo sido aprovado por este Colegiado. Neste momento, encontra-se sob apreciação deste Conselho, proposta de alteração regimental.

O COAUD solicitou propostas de empresas terceirizadas para realização de trabalho de consultoria e auditoria para fins de: (i) auditoria contábil; (ii) elaboração de demonstrativos contábeis dos meses de março, junho, setembro e dezembro de 2013 e dezembro de 2012; (iii) análise de processo, eficiência e adequação do registro contábil, sendo emitido ao final posicionamento conclusivo; (iv) proposta de melhorias e análise da estrutura de governança; e demais pontos.

Foram solicitadas propostas para as empresas MRP Auditoria e Consultoria, Baker Tilly Brasil, Pricewaterhouse Coopers Contadores Públicos Ltda, KPMG Auditores Independentes, Moore Stephens e FBM Consultoria.

Após análise criteriosa de todas as propostas, o COAUD decidiu pela recomendação da contratação da empresa Baker Tilly Brasil em razão da sua notória experiência em casos semelhantes e dos requisitos de técnica e preço.

AMBIENTE DE CONTROLE

O COAUD, ao apreciar a documentação que lhe foi franqueada pela Diretoria Executiva, Auditores Externos e Consultores recomenda que sejam implementadas as sugestões a serem apresentadas pela Baker Tilly Brasil, visando fortalecer a estrutura de governança e o ambiente de controle da Companhia.

O COAUD recomenda, ainda, que o Conselho de Administração requisite à Diretoria Executiva a apresentação de cronograma de implementação destas sugestões, ao longo do ano de 2014.

A Diretoria Executiva reportou ao COAUD a implementação de mecanismos de auditoria e controles internos da Companhia, tendo sido iniciada a estruturação de rotinas e testes preliminares de controle no processo de origemação e controle das operações de crédito.

AUDITORIA EXTERNA E CONSULTORIA

O COAUD vem acompanhando o trabalho da Baker Tilly Brasil, estabelecendo constante comunicação com esta, discutindo o andamento dos trabalhos de auditoria e consultoria, não identificando qualquer conduta que a desabone.

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

O COAUD analisou as demonstrações contábeis debatendo-as com a Baker Tilly Brasil, examinando, ainda, a compatibilidade destas com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Quanto a este ponto, o COAUD compartilha das ressalvas apresentadas pela Baker Tilly Brasil.

RECOMENDAÇÕES

O COAUD, ao apreciar a documentação que lhe foi franqueada pela Diretoria Executiva, Auditores Externos e Consultores recomenda que sejam implementadas as sugestões apresentadas pela Baker Tilly Brasil, visando fortalecer a estrutura de governança e o ambiente de controle da Companhia. O COAUD compartilha das observações, ponderações e ressalvas constantes do Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis, em especial a respeito do Reconhecimento de Receita, ratificando a Opinião com ressalva sobre as mesmas, recomendando que sejam implementados, conforme informado pela Diretoria Executiva, até o final do primeiro semestre de 2014, os procedimentos, políticas e processos que garantam o adequado reconhecimento e registro contábil das receitas correspondentes a serviços prestados e aceitos pelos clientes, porém ainda não faturados. O procedimento atualmente adotado está em desacordo com as melhores práticas de governança e não observa os princípios contábeis do regime de competência dos exercícios, conforme determinado pelas normas contábeis vigentes.

O COAUD expressa preocupação e recomenda especial atenção em relação ao desempenho das carteiras originadas, o que pode, considerando as regras vigentes, inclusive inviabilizar o recebimento de remuneração sobre tais carteiras, o que terá considerável impacto sobre as atividades da Companhia. Nesse contexto, recomendamos ao Conselho de Administração que solicite a Diretoria Executiva um conjunto de ações efetivas, assim como a implementação de políticas, processos e procedimentos visando aprimorar a capacidade de acompanhamento e previsão do desempenho das carteiras de crédito.

O COAUD recomenda ainda que a Companhia possua um único plano de negócios com metas a serem perseguidas e que estes sirvam para todos os demais propósitos da Companhia, inclusive mensuração de resultado de seus executivos e funcionários. Ainda, caso necessário, o atual plano de negócios seja adequado considerando fatores não previstos que eventualmente frustraram as expectativas iniciais.

CONCLUSÃO

O COAUD, ponderadas devidamente suas responsabilidades e as limitações naturais decorrentes do escopo da sua atuação, recomenda a aprovação pelo Conselho de Administração das Demonstrações Contábeis da Companhia, para a data-base de 31.12.2013, observadas as ressalvas apontadas pela Baker Tilly Brasil, em relação ao procedimentos de registro e reconhecimento das receitas correspondentes a serviços prestados e aceitos pelos clientes, porém ainda não faturados.

Brasília, 28 de abril de 2014.
MILTON PASSARO NOGUEIRA
PAULO HENRIQUE BEZERRA RODRIGUES COSTA
MARCELO MARON DIACO

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos
Diretores e Acionistas
Crescer Serviços de Orientação a Empreendedores S.A.
Brasília - DF

Examinamos as demonstrações contábeis da Crescer Serviços de Orientação a Empreendedores S.A. ("Empresa"), que compreendem os balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2013 e em 31 de dezembro de 2012 e as respectivas demonstrações dos resultados, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para os exercícios findos naquelas datas, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A administração da empresa é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil constituídas, no caso da empresa, pela NBC TG 1.000 – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas, emitida pelo Conselho Federal de Contabilidade, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da empresa para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da empresa. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Base para opinião com ressalva

Reconhecimento de receita

A Empresa não efetua registro contábil das receitas correspondentes a serviços prestados e aceitos pelos clientes, porém ainda não faturados. O procedimento adotado está em desacordo à prática contábil do regime de competência dos exercícios, determinada pelas normas contábeis vigentes. Em função desse procedimento não foi possível concluirmos sobre os saldos das rubricas Receita Líquida de Serviços (resultado do exercício), Obrigações tributárias e Adiantamento de Clientes (passivo circulante) e Contas a Receber (ativo circulante).

Segregação de custos e despesas

A Empresa não registra de forma segregada as despesas atreladas à suas receitas operacionais (custos) das demais despesas operacionais. Em função desse procedimento, a demonstração do resultado do exercício não está, quanto a sua forma de apresentação, de acordo com os critérios de divulgação exigidos pelas normas brasileiras de contabilidade.

Opinião com ressalva sobre as demonstrações contábeis

Em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos do assunto descrito no item i) e da não apresentação da informação descrita no parágrafo "Base para opinião com ressalva", as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Crescer Serviços de Orientação a Empreendedores S.A. em 31 de dezembro de 2013 e em 31 de dezembro de 2012, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para os exercícios findos naquelas datas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

São Paulo, 28 de abril de 2014.



Eduardo Affonso de Vasconcelos
Contador - CRC-1SP166001/O-3
Baker Tilly Brasil Auditores Independentes S/S
CRC-2SP016754/O-1